Ata da segunda reunião extraordinária do segundo período de reuniões da Câmara Municipal de Itaúna, da sessão legislativa de mil novecentos e noventa e oito. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano em curso, reuniram-se extraordinariamente no "Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis Marani - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Pereira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Jair Costa - 2º Tesoureiro, Edson Alves de Moreu, Emmio Mendes de Siqueira, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Vicente Naime, Camilo Martins André, Evandro Costa Barbosa Guerra e Hélio Mateus da Silva. Não compareceram à reunião os Vereadores: Sebastião Carlos Torres, Cassimiro da Silva, Nilson Teodoro de Carvalho e João Batista de Rezende. Havendo número regimental, o Presidente declarou aberta a sessão e participou aos Srs. Vereadores que haviam sido convocados para que pudessem dar andamento ao Projeto de Lei nº 001/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera o Plano de Cargos e Vencimentos da Administração Pública Municipal e suas alterações" com pedido de regime de urgência do Prefeito. Em seguida, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. Nas comunicações da Mesa, o Presidente disse que estavam sendo entregues

para cada Vereador os seus respectivos Regimento Interno e cópias dos projetos que estariam dando entrada (em pauta) na reunião da próxima semana, na primeira reunião ordinária de 1998. Depois, disse que na reunião da Comissão de Saúde da Câmara (Vereadores Edson Costa da Silva, Ênnio Mendes de Siqueira e Sebastião dos Santos Vieira), realizada na terça-feira, dia 10, onde também estava presente, houveram por bem convidar o Secretário Municipal de Saúde para comparecer a esta reunião extraordinária da Câmara, com o fim de esclarecer algumas dúvidas dos Vereadores relativas àquele Projeto de Lei. Para tanto, estava presente no Plenário o Secretário, Dr. Rêmulo Taurino Fuccini, que foi convidado pelo Presidente para fazer parte da Mesa dos Trabalhos. O Presidente agradeceu-lhe pela aceitação do convite da Câmara e concedeu-lhe o uso da palavra. O Secretário cumprimentou a todos e disse que era um prazer para ele poder participar de uma das reuniões do Legislativo e ajudar nos seus trabalhos. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira pediu aparte e disse que na reunião da Comissão de Saúde surgiram várias dúvidas sobre o Projeto e não conseguiram chegar a um acordo sobre o melhor caminho a ser tomado e, depois do problema com o ISS, parte do Código Tributário que foi aprovado pela Câmara, achava que se deveria fazer um estudo mais amplo de todo Projeto que desse entrada na Casa. Uma das dúvidas que surgiram, foi quanto à necessidade de modificar o quadro de funcionários, uma vez que 1998 era ano eleitoral e ainda existiam pessoas aprovadas no último concurso Público da Prefeitura aguardando serem chamadas. O Vereador Edson Costa da Silva pediu a palavra e disse que na reunião discutiram sobre o Projeto e se seria oportuno o Concurso Público, uma vez que estavam num ano eleitoral, e que para alguns cargos já existiam profissionais come-

rados e não haviam cargos disponíveis para que pudessem assumi-los, como era o caso dos dentistas, programadores de computador e alguns outros da lista que possuíam. Solicitaram a presença do Secretário para que elucidasse a real necessidade daqueles cargos porque, no seu ponto de vista, se houvesse a necessidade de alguns cargos apenas não com pensaria fazer concurso, no momento, porque, além de tudo, estavam em véspera de mudança de gestão de saúde e Bauru se propôs a fazer uma gestão plena de saúde que, certamente, teria de haver uma nova sistemática nas ações de saúde do Município, porque o Município teria de assumir uma série de novas obrigações e, talvez, seria necessário um Concurso novo para que se colocassem funcionários nos devidos lugares, necessário na gestão plena de saúde. Daí, perguntou ao Secretário qual era a real necessidade da contratação de funcionários, no momento, e se não era possível aguardar para que, depois, fizessem um concurso mais amplo assim que Bauru assumisse a gestão plena de Saúde. O Secretário respondeu-lhe que o problema era simples e que até agosto perderiam cessenta (60) funcionários, que eram contratados e não poderiam ter seus contratos renovados, o que inviabilizaria a Secretaria de Saúde como um todo. Disse que eram funcionários que não poderiam ser treinados porque não se fixavam no cargo e investir neles seria "jogar dinheiro fora". Procurou o Prefeito e explicou a ele sobre a situação; estudaram várias alternativas, reuniram com o pessoal da administração e concluíram que a melhor solução seria substituir aqueles funcionários contratados por efetivos e resolver de uma vez o problema da falta de pessoal, além de diminuir a alta rotatividade que estaria ocorrendo na Secretaria da Administração, que chegou a tal ponto que não estavam dando conta de mani

pula a documentação, de tanta gente que entrava e saía. Fizeram, então, um estudo e remanejaram o demonstrativo de cargos de tal maneira que obtiveram um número de vagas necessárias, sem precisar abrir novas vagas e distribuíram o pessoal que ia ser dispensado naquelas vagas para que pudessem substituir todo pessoal contratado por efetivo. Entretanto, disse, que para colocarem nos lugares dos contratados os efetivos, precisariam realizar concurso público, primeiro porque a pessoa já entraria credenciada no cargo e, depois, porque uma das grandes finalidades de um concurso público era evitar as indicações políticas para o referido cargo. Substituiriam o pessoal contratado pelo efetivo obedecendo rigorosamente a listagem dos aprovados no último concurso público, não saltando ninguém, independentemente da "cor política" de cada um. Disse que conseguiu com o Prefeito a autorização para convocar aquele pessoal sem precisar a toda hora de um "OK" para facilitar a admissão. Pediu aos Vereadores que corrigissem possíveis erros existentes no Projeto, mas que não diminuíssem o número de vagas, que era exatamente o que precisavam. O Vereador Edson Costa da Silva disse que há um ano atrás a Secretaria de Saúde funcionava com aquele número de contratados. Perguntou ao Secretário o que aumentou na Secretaria, porque ao ver-ver nada foi aumentado, a não ser o serviço de processamento de dados, e outro serviço médico de saúde pública não foi criado naquele período, por que então precisaram de contratados, se não precisaram antes. O Secretário respondeu-lhe que existia uma parte política nas contratações. O Vereador disse-lhe que antes não existiam os contratados. O Secretário respondeu-lhe que se houvesse concurso e pessoal suficiente, chamariam

os concursados e acabaria o problema mas, nas contratações, existia a parte política e aquilo exatamente que evitariam dali para frente. O Vereador voltou a perguntar o que mudou para que contratassem sessenta (60) novos funcionários. O Secretário respondeu-lhe que ao assumir a Secretaria haviam muitos contratados na Secretaria e mostrou-lhe o quadro. Disse-lhe que muita gente foi contratada posteriormente, por decisão superior que não cabia a ele discutir. O Vereador discordou do Secretário quanto à necessidade daquele número de funcionários pedido, primeiro porque, segundo ele, alguns cargos eram totalmente descartáveis, não havendo necessidade para a saúde pública aquelas contratações e, segundo, já existia atualmente uma grande defasagem no Caixa da Prefeitura, quando os salários dos servidores estavam sendo atrasados periodicamente, não fazendo sentido que os Vereadores aumentassem o número de funcionários da Prefeitura sem uma necessidade real e imprescindível. Se fosse imprescindível a contratação de alguém, não seria o momento de contratar. O concurso não era para quando não houvesse condições de manter uma folha de pagamentos em dia, como estava sendo feito atualmente. O Secretário disse-lhe que, respondendo pela parte da saúde, não haveria aumento de despesa, o número de funcionários continuaria o mesmo, inclusive, com alguns cargos, possibilitaria economia. Quanto a outras contratações constantes no Projeto, não eram relativas à área da Saúde e sobre elas não poderia responder. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira perguntou ao Secretário se era verdade ou não que alguns concursados, como por exemplo para o cargo de agente administrativo, ainda aguardavam para serem chamados. O Secretário respondeu-

no último concurso público e o número permitido pela lei era de 35, sendo que estavam ocupados 28 e vagos 7. Aquele pessoal já estava contratado. Disse que descobriram que os concursados para aquele cargo fizeram a prova de computação e a Secretaria estava precisando de pessoal para o seu CPD; fizeram uma espécie de prova prática com aqueles concursados e viram que eram excelentes; ficaram, então, 5 no CPD, que precisava de 14, e o restante estavam pedindo no concurso, o que seria uma chance de terem os 14 efetivados. Disse que não havia gente aprovada no Concurso Público anterior esperando ainda pela chamada. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira discutiu sobre a situação dos médicos. Disse que existiam 46 médicos para o atendimento à comunidade e o serviço era péssimo. Não iam aos postos de saúde e, quando iam, atendiam uma pessoa em 2 minutos. Disse que não há necessidade de se contratar mais médicos. Sugeriu que exigissem deles serviço, porque atendiam uma vez por mês e mal. No seu ponto de vista, se os médicos recebessem melhor e tivessem de atender por quatro horas diárias, o problema da saúde pública seria amenizado. Dos 46 médicos, disse que apenas 6 atendiam bem. Denunciou que para outros cargos havia "apadrinhamento": a pessoa fazia concurso para um cargo mais fácil e logo era passada para outro cargo mais elevado e melhor (desvio de função). O Secretário disse-lhe que uma das finalidades daquele trabalho era acabar com aquilo. Tinha a lista dos funcionários em desvio de função dentro da Secretaria de Saúde, num total de 19 (dezenove) e uma das recomendações do Prefeito era o que iam fazer. Substituir os contratados pelos efetivos, investindo neles através

de cursos, integrando-os no quadro e melhorando sua produtividade. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que a reclamação do grupo de médicos era para que possibilitassem uma modificação no Projeto para que os que trabalhassem mais, recebessem mais, como um incentivo. O Secretário disse-lhe que o problema era que um médico estudava 12 anos, enfrentava um dos vestibulares mais violentos, um curso pesado, caro, estafante e, depois de formado, começaria a ter seu nome reconhecido dentro de 4 a 5 anos de serviços, portanto, médico era um profissional altamente técnico e caro e, infelizmente, no Brasil, a saúde era relegada ao segundo plano e os honorários médicos eram ridículos (R$429,00 para o salário inicial, enquanto o piso nacional da categoria era de R$1.600,00). Assim, o próprio profissional se sentia desestimulado de trabalhar porque o seu trabalho não era reconhecido. Disse que ficava constrangido de exigir dos seus colegas mais do que eles podiam dar e era preciso estudar um meio de melhorar os salários dele e a sua sugestão era pela produtividade, de modo que o médico que trabalhasse um mês inteiro e fechasse o Quadro de atendimento recebesse um valor x por paciente atendido. O Vereador Edson Costa da Silva disse que a lei não permitia aquele tipo de procedimento e que contratar médico na situação atual, com salário inicial de R$429,00, era para não trabalhar, mas para que tivesse cargo público. Disse que com a possibilidade da gestão da saúde ser plena, deveria se pensar em algo maior e, no momento, concurso para a saúde pública não iria resolver nada. O Secretário voltou a dizer que se não fizessem o concurso e não admitissem o pessoal, até agosto a Saúde estaria com sessenta funcionários a menos e o seu funcionamento

seria inviável. O Vereador Edson Costa da Silva discordou do Secretário, dizendo que bastava que os funcionários trabalhassem e que era absurdo o número necessário para o CPD. O Secretário explicou-lhe que existiam 4 computadores para fazer o atendimento telefônico e 3 para programação; os 14 funcionários que precisavam trabalhariam em dois turnos de seis horas, sete em cada turno. O Vereador continuou discordando do Secretário e disse-lhe que a grande carência da saúde pública era de clínico geral e pediatra (saúde básica) e com o salário que propunham não apareceriam candidatos. O Presidente usou da palavra e disse que o profissional admitido através de concurso público teria o período de estágio probatório, quando seria visto a sua capacidade ou o seu desempenho e, se dentro de um período fosse visto que era mal funcionário, deveria ser demitido prontamente. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que o Secretário merecia a sua confiança e apoiaria para a aprovação do Projeto. O Vereador Evandro Constantino Ferreira Soares cumprimentou o Vereador Edson Costa da Silva pelo seu excelente trabalho enquanto Secretário M. Saúde, da mesma forma que vinha fazendo o Dr. Rômulo. Disse que havia uma grande defasagem de todas as especialidades médicas e acreditava na intenção do Secretário e apoiaria para a aprovação do Projeto. O Vereador Luiz Carlos dos Santos concordou com os Vereadores e deixou claro ao Secretário o seu apoio ao Projeto. O Vereador Paulo Antônio Ferreira Queiroz perguntou ao Secretário se realmente era preciso o cargo de perito. O Secretário respondeu-lhe que pela lei 936 o Município era obrigado a ter perito (tanto pela gestão parcial tanto plena); a ter um serviço de auditoria, criado por Decreto, que seriam médicos peritos especializados em fiscalização hospitalar, com

finalidade de conferir os CTIs, AIHs, os hospitais, e os atendimentos aos pacientes, fraudes, cumprimento da burocracia do Ministério da Saúde. Era, portanto, obrigatório e funcionaria dentro do serviço de controle e avaliação e criado por decreto. O perito tinha de ser médico, que recebia treinamento especial como perito em atendimento, diga, auditoria médica. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que conhecia os peritos de barreiras e sabia que nas cidades onde não existiam, a saúde ia mal. O Vereador Edson Alves, diga, Edson Costa da Silva disse que a auditoria já existia na saúde pública há muitos anos e não havia necessidade de se criar o cargo de auditor, que podia ser nomeado. Já que haveria uma mudança para a gestão plena de saúde seria necessário um planejamento para se voltar para a gestão plena, não um concurso, que ao seu ver, não estava voltado para aquele novo tipo de gestão, que estava às portas; era preciso um estudo mais amplo, um concurso mais direcionado para o que se pretenderia. Sua sugestão era que aproveitassem o concurso já existente e preenchesse aquelas situações que estavam carentes e já o concurso feito aumentavam os prazos, estudar onde já existiam concursados e nele entrar e onde existirem situação de carência, como de técnico de raio X, criar cargo comissionado por alguns meses e, depois, abrir concurso de maior amplitude e não daquela forma, sendo que estavam em ano eleitoral e era apressado e, dentro de 6 meses ou 1 ano abrir outro Concurso para atender a gestão plena de saúde. O Vereador Rubi Antônio Cerqueira disse que na 1ª vez que o Secretário esteve na Casa disse que o Município perderia alguns recursos, por falta de funcionários, perguntou de que maneira. O Secretário explicou-lhe que o trabalho dos funcionários

da Saúde contava pontos e no final de cada mês tiravam fatura e encaminhavam-na à DRS e os pontos variavam de acordo com cada atividade. Com o dinheiro recebido movimentavam a Secretaria de Saúde. Disse que só com a saída dos funcionários contratados já haviam perdido 30 mil reais. O Vereador Edson Costa da Silva discordou do Secretário dizendo que o dinheiro recebido mensalmente pela Secretaria girava em torno de 70 mil reais e o prejuízo que ele disse seria em torno de 18%. O Secretário disse que os vigilantes sanitários e fiscais quem mais produziam. Faria um levantamento e encaminharia ao Vereador. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou se em hoje haveria material necessário para o combate à dengue. O Secretário respondeu-lhe que em hoje não haveria registro de dengue e que faziam um serviço preventivo. O governo fez um plano para o combate à doença mandaram toda a documentação e viria, em outubro, uma verba substancial, cerca de 900 mil reais para que contratassem 30 funcionários. Perguntou sobre a verba e foi informado que receberiam o dinheiro primeiramente os Municípios atingidos e os demais continuariam com serviço de prevenção. O Vereador Paulo Antônio Pereira quis saber o que era gestão plena de saúde. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira quis saber se seria implantada de imediato e se o Projeto fosse aprovado seria cabível. O Secretário respondeu que haveria a gestão parcial e a plena de saúde: na primeira as secretarias manipulariam verbas do piso assistencial básico, que eram verbas de ambulatório; na segunda, manipulariam além das verbas de ambulatório (serviços menores) verbas hospitalares. Uma comissão de técnicos da Diretriz informou que, segundo cálculo, haveria movimentaria, com a gestão plena

de saúde, uma quantidade de recursos aproximadamente igual a de Campanha, que era quase o (um) milhão de reais por mês. O detalhe, na parcial, era que a DRS continuaria comandando o Município, enquanto na plena, seria autônomo, o dinheiro seria depositado Fundo a Fundo (do Federal p/ o Municipal). Bastava que tivessem uma conta especial no Banco do Brasil e através da apresentação do disquete com os dados estatísticos do movimento da Secretaria. Estava tudo pronto e Caxias era o primeiro Município a entrar com o processo para mudança de gestão e já aprovado. O Vereador Edson Costa da Silva diretor da Secretaria dizendo que o cálculo da verba que seria repassada era feito pela série histórica, baseada nos 3 últimos meses do faturamento de prestadores de serviços e da saúde pública, fazia-se o montante do que seria repassado a Caxias. Outros Municípios como Alpenas, Barbacena, Divinópolis, Brumadinho e Belo Horizonte já estavam com a gestão semiplena. Recebiam do FNS ao FMS. Concordava que haveria a necessidade de um controle e avaliação dos serviços prestados, que dava maior eficiência e evitava que o dinheiro fosse usado para outros fins. Salvava fundamental que esperassem pela gestão plena de saúde ou que a mudança na saúde pública nascesse aquela nova maneira de gestão, não contando aleatoriamente cargos como no Projeto (o de assistente social). Perguntou sobre os programas fundamentais como o da AIDS, da hanseníase e das doenças transmissíveis, onde precisariam de assistente social, que no projeto caiu o número de 5 para 2 cargos. Precisava-se de um estudo mais profundo do Projeto para que se adequassem cargos e salários para a gestão que estava às portas. O Vereador Comi

Ver. Martins André pediu que deixassem o Secretário terminar sua exposição. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira voltou a perguntar ao Secretário se o Projeto fosse aprovado cabeça na gestão plena de saúde. O Secretário respondeu-lhe que estavam remanejando apenas os cargos e só haveria aumento de vagas para o CPD, que era um órgão novo. O Vereador Camilo Martins André disse que acreditava no trabalho do Sistema e apoiaria o Projeto. O Vereador Edson Alves de Abreu disse que estava de acordo com o Projeto. Depois, pediu ao Secretário que fossem criados gabinetes odontológicos nos núcleos da zona rural. O Vereador Jair Costa declarou o seu apoio ao Projeto e desejou que o novo sistema funcionasse bem. Depois pediu melhoria no atendimento médico para a zona rural. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou se o Pronto Socorro sairia da Santa Casa. O Secretário respondeu-lhe que recebeu um comunicado do Prefeito que a Santa Casa não se interessava em renovar o contrato para o funcionamento do PS, que venceria no final de fevereiro. Disse que ficou aborrecido com aquela notícia e sabe que haviam pagamentos atrasados, ainda da Administração passada. O Vereador Evandro C. Macedo disse que era grave a situação e pediu que o Presidente nomeasse uma Comissão Especial para intervir entre as partes para a solução do problema. O Presidente, atendendo a solicitação do Vereador, nomeou a Comissão Especial formada pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Evandro Carvalheira Macedo, Sebastião dos Santos Vieira, Edson Alves de Abreu, Ennio Mendes de Siqueira, Paulo Antônio Pereira, Edson Costa da Silva, Camilo Martins André, Reis Carlos dos Santos e Hélio Mateus da Silva. Disse que os outros Vereadores, que se interessassem, também poderiam participar. O Vereador Edson Costa da Silva solicitou que fosse envia

do ofício ao Secretário de Saúde para que enviasse informações à Casa sobre o contrato do FMS com o Hospital de Coreaçaõ (sobre os exames laboratoriais) e cópia do contrato; e se houve licitaçaõ; sobre os TFDs (tratamento fora do domicílio). O Vereador Luis Carlos dos Santos sugeriu que os Vereadores fossem aos postos de saúde para acompanhar os serviços dos médicos e divulgassem à população. O Vereador Álvaro G. Pedrosa parabenizou o Presidente pela sua eficaz atuaçaõ que culminou na soluçaõ do problema das escolas, quando foi garantida vaga para todo aluno. O Presidente agradeceu-lhe e disse que seu esforço nada resultaria se naõ contasse com a unias da Câmara em prol da comunidade. Depois, agradeceu ao Secretário pela sua participaçaõ e voltou a dizer que o Executivo deveria investir nos funcionários e "realocar na rua" aqueles que naõ quisessem trabalhar. O Secretário agradeceu aos Vereadores pela recepçaõ e novamente apelou para que naõ diminuíssem o número de vagas porque era o que precisava com realmente. Depois, o Presidente passou o Projeto pelas Comissões Provisórias, até que os líderes das bancadas indicassem os seus representantes em cada uma, conforme o Regimento Interno. Estavam formadas da seguinte forma: ① Legislaçaõ e Justiça (Vereadores Álvaro Evaristo Pedrosa, Camilo Martins André e Jair Lorita); ② Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (Vereadores Ennio Mendes de Siqueira, Hélio Mateus da Silva e Luis Carlos dos Santos); ③ Serviços Públicos Municipais (Vereadores Luis Carlos dos Santos, Sebastião dos Santos Vieira e Evandro Castanheira Loureiro); ④ Saúde e Bem Estar Social (Vereadores Ennio Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira e Edson Costa da Silva). As Comissões exararam seus pareceres, cada um ao seu

tempo, que foram discutidos votados e aprovados. O Projeto foi determinado para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. Na última parte os Vereadores discutiram sobre a reunião do dia 23 (Segunda de Carnaval), se seria antecipada para terça-feira, dia 17 de fevereiro, ou não, mas não chegaram a um consenso. O Presidente decidiu que resolveriam a questão na reunião ordinária do dia 16 de fevereiro, primeira ordinária do ano. No final, o Vereador Edson Reis de Abreu requereu ao Presidente que fossem enviados ofícios à Sra. Maria Adélia Possato - Superintendente de Capacitação e Ensino; ao Prefeito; ao Sr. José Batista da Silva — Superintendente Administrativo, para cumprimentando-os pelos trabalhos na área da educação, principalmente na zona rural. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira subscreveu o requerimento do Vereador. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, o Presidente encerrou a reunião.

Ata da primeira reunião ordinária do segundo período de reuniões da Câmara Municipal de Iguaras, da sessão legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad", os Vereadores: Eduardo Luis Marani - Presidente, Sebastião dos Santos Peixe - Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Jair Costa - 2º Tesoureiro, João Batista de Rezende, Edson Nunes de Moura, Álvaro Constâncio Pedrosa, Ermínio Mendes de Siqueira, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Nilson Teodoro de Carvalho, Evandro Castanheira Caetano, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: Ofício 001/98, da Secretaria Municipal de Saúde, enviando lista dos exames que estariam realizando em 1998; Ofício 002/98, da Secretaria M. Saúde, informando sobre o seu serviço de almoxarifado; circular 003/98 da ANEEL, informando sobre os créditos relativos à compensação financeira de recursos hídricos; Ofício 072/98/PML, enviando cópia do ofício da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; cartilhas do Projeto Cidadania; requerimento do Sr. José Cristo Andrade Carneiro, representante dos vendedores (camelôs) de Iguaras, para uso da palavra na tribuna da Casa, para exposição dos problemas por que vinham passando. Foram entrada na Casa os seguintes Projetos: ① Projeto de Lei nº 002/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera a Lei nº 1718, de 06 de abril de 1.989, que dispõe sobre áreas específicas de estacionamento mediante remuneração (Área Azul), quanto à distribuição de Arrecadação Bruta, autorizando a terceirização da prestação dos serviços, na forma que dispõe e dá outras pro